

CANELA - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANELA - RIO
GRANDE DO SUL

Profissional do Magistério
com Habilitação em Séries
Iniciais

CONCURSO PÚBLICO 01/2026

CÓD: SL-222JL-26
7901183003624

Língua Portuguesa

1. Compreensão, interpretação e análise crítica de textos de diferentes gêneros e tipologias.....	9
2. Identificação de tema, tese, argumentos, pressupostos, subentendidos e informações implícitas.....	17
3. Relações intertextuais e interdiscursivas.....	24
4. Coesão, coerência, progressão temática e referenciação.....	27
5. Mecanismos de argumentação e efeitos de sentido.....	31
6. Semântica e significação contextual; sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia, ambiguidade, denotação e conotação.....	35
7. Figuras de linguagem.....	38
8. Funções da linguagem.....	41
9. Variação linguística.....	42
10. Adequação comunicativa.....	43
11. Ortografia oficial.....	47
12. Acentuação gráfica.....	51
13. Classes de palavras e seus empregos morfossintáticos.....	53
14. Estrutura e formação de palavras.....	62
15. Flexão nominal e verbal; tempos, modos, vozes e correlação verbal.....	65
16. Termos da oração; período composto por coordenação e subordinação.....	68
17. Relações sintáticas, semânticas e lógico-discursivas.....	72
18. Concordância nominal e verbal.....	75
19. Regência nominal e verbal.....	79
20. Emprego da crase.....	83
21. Colocação pronominal.....	85
22. Pontuação e seus efeitos de sentido.....	86
23. Discurso direto, indireto e indireto livre.....	89
24. Reescrita, transformação e equivalência de estruturas; paralelismo sintático e semântico; correção gramatical; adequação vocabular.....	91
25. Redação oficial, conforme o Manual de Redação da Presidência da República.....	95

Didática

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociológicos e psicológicos da educação.....	117
2. Teorias da aprendizagem.....	123
3. Tendências pedagógicas.....	128
4. Concepções de ensino, aprendizagem, currículo e avaliação.....	129
5. Função social da escola e papel do professor.....	133
6. Organização do trabalho pedagógico . planejamento educacional, curricular e de ensino.....	137
7. Projeto Político-Pedagógico.....	141
8. Planos de ensino e de aula; definição de objetivos, competências e habilidades; seleção e organização de conteúdos; metodologias, estratégias e recursos didático-pedagógicos.....	143
9. Metodologias ativas e práticas interdisciplinares.....	147
10. Relação entre teoria e prática.....	151

1. Mediação pedagógica e relação professor-aluno; gestão da sala de aula	155
2. Diversidade, inclusão, equidade e educação especial na perspectiva inclusiva; adaptações e acessibilidade curricular....	159
3. Avaliação diagnóstica, formativa e somativa; instrumentos, critérios e recuperação da aprendizagem.....	162
4. Tecnologias digitais aplicadas à educação	167
5. Educação integral.....	171
6. Interdisciplinaridade, transversalidade e contextualização	172
7. Alfabetização e letramento.....	176
8. Formação inicial e continuada de professores; práticas reflexivas e saberes docentes.....	177
9. Legislação e políticas educacionais brasileiras.....	181
10. Base Nacional Comum Curricular – BNCC.....	185
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996	232
12. Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990.....	251
13. Plano Nacional de Educação – Lei nº 13.005/2014.....	291
14. Ética, cidadania, direitos humanos e convivência democrática no ambiente escolar	306

Conhecimentos Específicos

Profissional do Magistério com Habilitação em Séries Iniciais

1. Fundamentos históricos, filosóficos, sociais, políticos e pedagógicos da educação básica	315
2. Papel do professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental na formação integral dos estudantes	315
3. Concepções de infância, desenvolvimento, aprendizagem, ensino, currículo e avaliação	319
4. Organização do trabalho pedagógico nos anos iniciais; planejamento, execução, acompanhamento e avaliação de práticas pedagógicas.....	323
5. Base Nacional Comum Curricular – BNCC e o Ensino Fundamental; competências gerais da educação básica e habilidades dos anos iniciais	327
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica	327
7. Alfabetização e letramento nos anos iniciais; consciência fonológica, sistema de escrita alfabética, leitura, produção textual, oralidade e análise linguística; métodos, práticas e estratégias de alfabetização; dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita e intervenções pedagógicas	337
8. Letramento literário, formação do leitor, literatura infantil, contação de histórias e práticas de leitura;	341
9. Ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais: gêneros textuais, interpretação, produção de textos, gramática contextualizada, ortografia e pontuação	345
10. Ensino de Matemática nos anos iniciais: números, operações, resolução de problemas, grandezas e medidas, geometria, estatística, probabilidade e pensamento algébrico; raciocínio lógico, jogos matemáticos, materiais manipuláveis e situações-problema	349
11. Ensino de Ciências nos anos iniciais: corpo humano, saúde, higiene, alimentação, seres vivos, ambiente, matéria, energia, Terra e Universo; educação ambiental, sustentabilidade, consumo consciente e preservação dos recursos naturais	353
12. Ensino de História nos anos iniciais: identidade, memória, família, escola, comunidade, tempo histórico, fontes históricas, cultura, cidadania e diversidade	357
13. Ensino de Geografia nos anos iniciais: lugar, paisagem, espaço geográfico, território, orientação, localização, mapas, natureza, sociedade e transformações do espaço	362
14. Ensino de Arte nos anos iniciais: artes visuais, música, dança, teatro, expressão, criação, fruição e cultura.....	366
15. Educação Física nos anos iniciais: corpo, movimento, jogos, brincadeiras, esportes, ginásticas, danças, lutas, cooperação e cultura corporal.....	370

ÍNDICE

1. Interdisciplinaridade, projetos pedagógicos e integração entre áreas do conhecimento	374
2. Ludicidade, jogos, brincadeiras, experimentação, investigação e aprendizagem significativa; metodologias ativas, ensino por projetos, aprendizagem colaborativa e resolução de problemas.....	378
3. Avaliação da aprendizagem: avaliação diagnóstica, formativa, processual, somativa, registros, pareceres, portfólios e instrumentos avaliativos; recuperação paralela, acompanhamento pedagógico e intervenções para superação de dificuldades.....	382
4. Inclusão escolar, acessibilidade, diversidade e atendimento a estudantes com deficiência, transtornos do desenvolvimento, altas habilidades e necessidades educacionais específicas; adaptações curriculares, flexibilização metodológica, recursos pedagógicos acessíveis e tecnologias assistivas	387
5. Educação para as relações étnico-raciais, cultura indígena, africana, afro-brasileira e valorização da diversidade cultural	391
6. Direitos humanos, cidadania, respeito às diferenças, combate ao preconceito, bullying, discriminação e violência no ambiente escolar	395
7. Desenvolvimento infantil nos aspectos físico, cognitivo, afetivo, social, motor, emocional e linguístico	399
8. Psicomotricidade, coordenação motora, lateralidade, orientação espacial e temporal.....	403
9. Gestão da sala de aula, organização de tempos, espaços, materiais, rotinas e agrupamentos.....	407
10. Mediação de conflitos, disciplina, convivência democrática e construção de vínculos	412
11. Relação entre escola, família e comunidade; comunicação com responsáveis, participação em reuniões pedagógicas e trabalho coletivo	416
12. Uso pedagógico de tecnologias digitais, mídias, recursos audiovisuais e materiais concretos	420
13. Elaboração de planos de aula, sequências didáticas, projetos, relatórios, registros escolares e documentação pedagógica.....	424
14. Ética profissional, sigilo, responsabilidade docente, postura institucional e compromisso com a aprendizagem	428
15. Legislação educacional aplicada aos anos iniciais do Ensino Fundamental	432
16. Constituição Federal de 1988	436
17. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	439
18. Estatuto da Criança e do Adolescente	440
19. Plano Nacional de Educação	440
20. Normas relacionadas à educação inclusiva, proteção integral, direitos da criança e organização da educação básica	440

Material Digital Legislação

1. Lei Orgânica Municipal; Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)	3
2. Regime Jurídico Único dos Servidores	10
3. Estrutura Administrativa do Município de Canela	35
4. Plano de Carreira do Magistério Público Municipal de Canela	42
5. Lei Federal nº 14.640/2023 (Tempo Integral)	48
6. Plano Municipal de Educação de Canela	48
7. Lei Municipal nº 1.702/1999 (Sistema Municipal de Educação de Canela)	51
8. Lei Municipal nº 4.856/2024 (Diretrizes da Escola em Tempo Integral)	56
9. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990)	58
10. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNs)	99
11. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996).....	99
12. Constituição Federal de 1988 (Artigos 205 a 214)	119

ÍNDICE

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC); LBI – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015)	122
2. Leis Complementares nº 26 (Magistério) e 27/2012 (Maestro e Monitor)	141
3. Lei Complementar nº 25/2012 (Regime Jurídico)	142
4. Decretos Municipais nº 7.207/2015 (Estágio Probatório) e nº 10.662/2025 (Registro de Ponto)	165

Atenção

▪ Para estudar o Material Digital acesse sua “Área do Aluno” em nosso site ou faça o resgate do material seguindo os passos da página 2.

<https://www.editorasolucao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO, INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE CRÍTICA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E TIPOLOGIAS

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

CONCEITO DE COMPREENSÃO

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

► A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário:** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o

- uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

► A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:

- **Cores:** As cores desempenham um papel comunicativo importante em muitos contextos, evocando emoções ou sugerindo informações adicionais. Por exemplo, em um gráfico, cores diferentes podem representar categorias distintas de dados.
- **Formas e símbolos:** Cada forma ou símbolo em um texto visual pode carregar um significado próprio, como sinais de trânsito ou logotipos de marcas. A correta interpretação desses elementos depende do conhecimento prévio do leitor sobre seu uso.
- **Gestos e expressões:** Em um contexto de comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou em uma apresentação oral acompanhada de gestos, a compreensão se dá ao identificar e entender as nuances de cada movimento.

► Fatores que Influenciam a Compreensão

A compreensão, seja de textos verbais ou não-verbais, pode ser afetada por diversos fatores, entre eles:

- **Conhecimento prévio:** Quanto mais familiarizado o leitor estiver com o tema abordado, maior será sua capacidade de compreender o texto. Por exemplo, um leitor que já conhece o contexto histórico de um fato poderá compreender melhor uma notícia sobre ele.

▪ **Contexto:** O ambiente ou a situação em que o texto é apresentado também influencia a compreensão. Um texto jornalístico, por exemplo, traz uma mensagem diferente dependendo de seu contexto histórico ou social.

▪ **Objetivos da leitura:** O propósito com o qual o leitor aborda o texto impacta a profundidade da compreensão. Se a leitura for para estudo, o leitor provavelmente será mais minucioso do que em uma leitura por lazer.

► **Compreensão como Base para a Interpretação**

A compreensão é o primeiro passo no processo de leitura e análise de qualquer texto. Sem uma compreensão clara e objetiva, não é possível seguir para uma etapa mais profunda, que envolve a interpretação e a formulação de inferências. Somente após a decodificação do que está explicitamente presente no texto, o leitor poderá avançar para uma análise mais subjetiva e crítica, onde ele começará a trazer suas próprias ideias e reflexões sobre o que foi lido.

A compreensão textual é um processo que envolve a decodificação de elementos verbais e não-verbais, permitindo ao leitor captar a mensagem essencial do conteúdo. Ela exige atenção, familiaridade com as estruturas linguísticas ou visuais e, muitas vezes, o uso de recursos complementares, como dicionários. Ao dominar a compreensão, o leitor cria uma base sólida para interpretar textos de maneira mais profunda e crítica.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS

Na comunicação, os textos podem ser classificados em duas categorias principais: verbais e não-verbais. Cada tipo de texto utiliza diferentes recursos e linguagens para transmitir suas mensagens, sendo fundamental que o leitor ou observador saiba identificar e interpretar corretamente as especificidades de cada um.

► **Textos Verbais**

Os textos verbais são aqueles constituídos pela linguagem escrita ou falada, onde as palavras são o principal meio de comunicação. Eles estão presentes em inúmeros formatos, como livros, artigos, notícias, discursos, entre outros. A linguagem verbal se apoia em uma estrutura gramatical, com regras que organizam as palavras e frases para transmitir a mensagem de forma coesa e compreensível.

Características dos Textos Verbais:

- **Estrutura Sintática:** As frases seguem uma ordem gramatical que facilita a decodificação da mensagem.
- **Uso de Palavras:** As palavras são escolhidas com base em seu significado e função dentro do texto, permitindo ao leitor captar as ideias expressas.
- **Coesão e Coerência:** A conexão entre frases, parágrafos e ideias deve ser clara, para que o leitor compreenda a linha de raciocínio do autor.

Exemplos de textos verbais incluem:

- **Livros e artigos:** Onde há um desenvolvimento contínuo de ideias, apoiado em argumentos e explicações detalhadas.

▪ **Diálogos e conversas:** Que utilizam a oralidade para interações mais diretas e dinâmicas.

▪ **Panfletos e propagandas:** Usam a linguagem verbal de forma concisa e direta para transmitir uma mensagem específica.

A compreensão de um texto verbal envolve a decodificação de palavras e a análise de como elas se conectam para construir significado. É essencial que o leitor identifique o tema, os argumentos centrais e as intenções do autor, além de perceber possíveis figuras de linguagem ou ambiguidades.

► **Textos Não-Verbais**

Os textos não-verbais utilizam elementos visuais para se comunicar, como imagens, símbolos, gestos, cores e formas. Embora não usem palavras diretamente, esses textos transmitem mensagens completas e são amplamente utilizados em contextos visuais, como artes visuais, placas de sinalização, fotografias, entre outros.

Características dos Textos Não-Verbais:

- **Imagens e símbolos:** Carregam significados culturais e contextuais que devem ser reconhecidos pelo observador.
- **Cores e formas:** Podem ser usadas para evocar emoções ou destacar informações específicas. Por exemplo, a cor vermelha em muitos contextos pode representar perigo ou atenção.
- **Gestos e expressões:** Na comunicação corporal, como na linguagem de sinais ou na expressão facial, o corpo desempenha o papel de transmitir a mensagem.

Exemplos de textos não-verbais incluem:

- **Obras de arte:** Como pinturas ou esculturas, que comunicam ideias, emoções ou narrativas através de elementos visuais.
- **Sinais de trânsito:** Que utilizam formas e cores para orientar os motoristas, dispensando a necessidade de palavras.
- **Infográficos:** Combinações de gráficos e imagens que transmitem informações complexas de forma visualmente acessível.

A interpretação de textos não-verbais exige uma análise diferente da dos textos verbais. É necessário entender os códigos visuais que compõem a mensagem, como as cores, a composição das imagens e os elementos simbólicos utilizados. Além disso, o contexto cultural é crucial, pois muitos símbolos ou gestos podem ter significados diferentes dependendo da região ou da sociedade em que são usados.

► **Relação entre Textos Verbais e Não-Verbais**

Embora sejam diferentes em sua forma, textos verbais e não-verbais frequentemente se complementam. Um exemplo comum são as propagandas publicitárias, que utilizam tanto textos escritos quanto imagens para reforçar a mensagem. Nos livros ilustrados, as imagens acompanham o texto verbal, ajudando a criar um sentido mais completo da história ou da informação.

DIDÁTICA

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIOLO- GICOS E PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Fundamentos da Educação¹

A educação deve levar em conta a natureza própria do indivíduo, encontrando esteios nas leis da constituição psicológica do indivíduo e seu desenvolvimento. A relação entre os indivíduos a educar e a sociedade torna-se recíproca. Pretende que a criança aproxime do adulto não mais recebendo as regras de boa ação, mas conquistando-as com seu esforço e suas experiências pessoais, em troca a sociedade espera das novas gerações mais do que uma imitação; espera um enriquecimento.

Caso queiramos proceder corretamente no campo técnico da educação, teremos que a elas recorrer para que não sejamos tentados em nossa ação educativa, a impor modelos, para com que eles, os alunos, se identifiquem. Teremos sim que lhes oferecer situações. experiências que resultem em uma modelagem adequada. Modelagem não estereotipada, mas decorrentes das diferenças individuais de cada aluno.

► Fundamentos Sociológicos

No Brasil, convivem lado a lado, uma Sociologia de Educação cética com relação à ordem existente, baseada em modelo marxista, uma outra baseada em metodologia de pesquisa empírica e, ainda outra que, rejeitando ambas as abordagens, adota perspectivas de inspiração interacionista, fenomenológica ou etnometodológica. As diferenças entre os referenciais teóricos, os temas tratados e a orientação política são tão grandes que talvez fosse mais correto falar em Sociologas da Educação.

Nos últimos vinte anos pertencem a Althusser (1970), Bowles e Gintis (1976), Bourdieu e Passeron (1970) e Michael Yong (1971), os estudos que marcaram e delimitaram o campo da Sociologia Educacional. Estes estudos postulam que a produção e reprodução das classes reside na capacidade de manipulação e moldagem das consciências, na preparação de tipos diferenciados de subjetividade de acordo com as diferentes classes sociais.

A escola participa na consolidação desta ordem social pela transmissão e incubação diferenciada de certas ideias, valores, modos de percepção, estilos de vida, em geral sintetizados na noção de ideologia. Os estudos centram-se nos mecanismos amplos de reprodução social via escola.

Num outro eixo, encontramos os ensaios da Nova Sociologia da Educação preocupados em descrever as minúcias do funcionamento do currículo escolar e seu papel na estruturação das desigualdades sociais. A Nova Sociologia da Educação coloca a problematização dos currículos escolares no centro da análise sociológica de Educação.

A Sociologia da Educação, hoje, aborda como tema central de discussão: o papel da educação na produção e reprodução da sociedade de classes. A Educação facilmente descobre que um dos lugares eminentes de sua teoria e de sua prática está no interior dos movimentos sociais. Cabe, pois, a escola o papel de preparar técnica e subjetivamente as diferentes classes sociais para ocuparem seus devidos lugares na divisão social.

Bourdieu e Passeron percebem como essa divisão é mediada por um processo de reprodução cultural. Sabemos que as forças culturais que atuam sobre o comportamento precisam ser conhecidas para um melhor planejamento e, conseqüentemente, melhor ensino. De particular interesse para o processo educativo são os fatores familiares, o grupo de adolescentes a que se filia ("a turma") e a escola.

As condições do ambiente forjam a sua resposta ou reticência, aos estímulos, formando padrões de hábitos que encorajam ou desencorajam as atividades que motivam ou desmotivam a aprendizagem. O comportamento em classe está estritamente relacionado com o ambiente familiar e a sua posição socioeconômica. Fatores estes ocasionadores de procedimentos antissociais ou de extrema instabilidade e falta de amadurecimento.

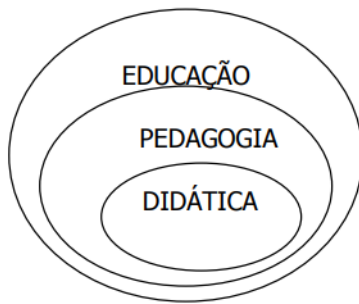
A "turma" é de vital importância para o adolescente que, ao "enturmar-se", prefere os padrões de seu grupo aos dos adultos, algumas vezes diminuindo até o seu rendimento escolar para satisfazer o seu grupo. O aluno, ser temporal e espacial, vivendo dentro de uma comunidade, pertencendo a um grupo social, participando de instituições várias, possuindo um "status" socioeconômico, para integrar-se aos padrões de comportamento social necessita de um atendimento dentro da sua realidade individual.

A organização de currículos, programas e planejamentos de ensino alienados da realidade social não é de natureza prática e não conduz a motivação. No entanto, como os grandes educadores e pedagogos, deveríamos ir muito além, formando "conceitos humanísticos" que superam dialeticamente o individual e o social para fazer surgir o ser humano integral, dando ao educando condições de adaptação em qualquer tipo de sociedade no tempo e no espaço.

► Fundamentos Psicológicos

Iniciemos situando Educação como o âmbito amplo que abarcaria, numa representação espacial, em círculos concêntricos, a Pedagogia e a Didática, como no esquema que segue.

¹ <https://pedagogiaparaconcurseiros.com.br/apostila-de-fundamentos-da-educacao/>



A Educação compete todos os detalhes, em toda a amplitude das situações que produzem ou provocam aprendizagem. Consideramos Educação como o campo característico da categoria dos humanos, porque a definimos como a esfera da aprendizagens. Ela é característica do humano, uma vez que o homem tem como sua marca definidora o fato de ser um ser de cultura, por conseguinte, um ser que aprende.

Aprender pode ser definido como a forma construída pelo bicho-homem de enfrentamento da realidade que o circunda e que lhe permite sobreviver ou, mais ainda, que lhe permite transformar o seu entorno com vistas a sua felicidade. Em face da complexidade e da amplitude dos fenômenos que regem os atos de aprender, a sua abordagem é intrinsecamente interdisciplinar. Assim, educação se faz obrigatoriamente a partir dos múltiplos enfoques.

No esquema acima, a passagem do exterior ao interior está associada a um movimento cada vez mais especializado, do informal ao formal. Assim, Educação na região exterior à Pedagogia, compreenderia as responsabilidades e as atuações da sociedade como um todo em suas ações (não propriamente intencionais) provocadoras de aprendizagens. Tratar-se-ia da atmosfera que se gera, pelo tipo de organização social e material dos agrupamentos humanos.

Na Pedagogia, restringe-se a amplitude para reforçar a profundidade da abordagem dos fenômenos do aprender. Para explicar a Pedagogia, é útil passar-se à definição da Didática, uma vez que aquela abarca esta.

A Didática é a parte da Pedagogia que se ocupa das aprendizagens complexas que requerem sistematização e organização. A Pedagogia pode ser entendida como o contexto que possibilita a Didática. Ela se ocupa do ambiente que possibilita as aprendizagens mais pontuais e específicas dos campos científicos, que configuram as disciplinas escolares.

A Didática é a ciência que dá conta de fazer com que alguém, não tendo um certo conhecimento, passe a tê-lo; isto é, ela se ocupa da construção dos conhecimentos, na perspectiva construtivista. Porém o que são conhecimentos? Quais suas características definidoras? Quais suas relações com o saber? O que saber e conhecimento têm em comum e em que divergem? Há entre eles precedência ou complementaridade? Estas e outras perguntas serão abordadas, a seguir, através da conceituação e classificação de quatro produtos da aprendizagem.

Produtos de Aprendizagem

Dentre os múltiplos ângulos em que a aprendizagem pode ser analisada, merece importância a caracterização dos tipos de produtos que dela derivam. Propomos o esquema que segue, como síntese de uma abordagem destes produtos.

	Não Sistematizada	Sistematizada
Não transformadora	Chute	Conhecimento
Transformadora	Saber	Práxis

Consideramos nestes produtos de aprendizagem dois atributos principais: a sua sistematização e a sua capacidade de transformação. A combinação da presença ou da ausência desses dois atributos caracteriza os quatro espaços deste esquema, isto é, o chute, o saber, o conhecimento e a práxis.

Denominamos **chute** um produto da aprendizagem não sistematizado e não transformador. Chute pode ser tomado como algo aproximado a improviso. Como define o dicionário Aurélio, improviso é um produto intelectual inspirado na própria ocasião e feito de repente, sem preparo.

Observemos que estamos nos atendo à definição de improviso, enquanto produto intelectual sem preparo, que é o chute. Não consideramos, neste contexto, a validade da intuição ou da espontaneidade, que também podem estar embutidas no sentido comumente dado à palavra improviso. Chute, portanto, tem aqui a conotação de algo aprendido muito superficialmente, localizado, sem nenhuma generalização.

Chamamos de **saber** o produto de aprendizagem não sistematizado, mas transformador. Um produto de aprendizagem é transformador na medida em que acrescenta ser a quem aprende, modificando lhe em algo a maneira de viver.

Uma aprendizagem não é sistematizada quando ela é apenas descritiva de etapas de soluções de um problema, sem entrar na análise desta solução. O saber implica num valor capaz de mobilizar energias de quem aprende, a ponto de levá-lo a novas formas de vida.

Chamamos de **conhecimento** um produto de aprendizagem sistematizado, mas não transformador. Uma aprendizagem não é transformadora, quando ela somente instrumentaliza teoricamente de forma desvinculada da prática.

Um produto de aprendizagem não é transformador quando apenas ilustra, sem mover o aprendiz a incorporar nova postura existencial ou nova capacitação prática. Um produto de aprendizagem é sistematizado, quando ele chega à explicação das causas dos problemas enfrentados; e isto de forma organizada. Esta organização pode ser explicitada em livros ou similares, por escrito.

O saber transforma, mas não é sistematizado. O conhecimento é sistematizado, mas não é transformador.

O saber é pessoal; e o conhecimento é social ou socializável, na medida em que pode ser ou é sistematizado. O saber é mais ligado à ação, enquanto o conhecimento é mais ligado à reflexão e à linguagem. O saber tem mais a ver com percepções e movimentos, enquanto o conhecimento tem mais a ver com as palavras.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, FILOSÓFICOS, SOCIAIS, POLÍTICOS E PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

*Prezado (a), o tema acima supracitado, já foi abordado na matéria de Didática
Bons estudos!*

PAPEL DO PROFESSOR DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES

FORMAÇÃO INTEGRAL DOS ESTUDANTES

A formação integral é uma concepção educativa que considera o estudante em todas as suas dimensões. Ela envolve desenvolvimento intelectual, físico, emocional, social, cultural, ético, linguístico, artístico e motor. Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, essa concepção é especialmente importante, pois a criança está em intenso processo de crescimento, construção de identidade e ampliação de vínculos com o mundo.

Formar integralmente não significa acrescentar atividades extras ao currículo sem conexão com a aprendizagem. Significa compreender que todo conteúdo escolar pode contribuir para diferentes dimensões do desenvolvimento. Uma atividade de leitura, por exemplo, desenvolve linguagem, imaginação, escuta, interpretação, repertório cultural e sensibilidade. Um jogo matemático pode desenvolver raciocínio, cooperação, atenção, respeito às regras e resolução de problemas. Uma experiência em Ciências pode desenvolver curiosidade, investigação, registro, argumentação e cuidado com o ambiente.

A dimensão cognitiva diz respeito à construção do conhecimento. O professor precisa garantir que os estudantes aprendam a ler, escrever, calcular, interpretar, observar, comparar, classificar, argumentar, criar hipóteses e resolver problemas. Essa dimensão exige planejamento, intencionalidade e acompanhamento contínuo.

A dimensão afetiva envolve emoções, autoestima, segurança e relação da criança consigo mesma. Crianças que se sentem humilhadas, ignoradas ou incapazes podem desenvolver bloqueios diante da aprendizagem. O professor contribui para a formação afetiva quando acolhe, incentiva, corrige com respeito, reconhece avanços e cria um ambiente em que errar faz parte do processo.

A dimensão social refere-se à convivência. Nos anos iniciais, os estudantes aprendem a dividir materiais, esperar a vez, escutar colegas, trabalhar em grupo, respeitar diferenças, resolver conflitos e participar de decisões coletivas. A sala de aula é um laboratório de vida social, e o professor é mediador dessas relações.

A dimensão ética aparece nas escolhas cotidianas. Cuidar do material coletivo, falar a verdade, respeitar combinados, não excluir colegas, reparar danos e agir com responsabilidade são aprendizagens éticas. O professor não ensina ética apenas por meio de discursos, mas principalmente pela forma como organiza a convivência.

A dimensão corporal e motora também é essencial. A criança aprende por meio do movimento, da brincadeira, da manipulação de objetos, da expressão corporal e da exploração do espaço. Atividades que envolvem corpo, jogos, desenho, escrita, recorte, dança, dramatização e experimentação contribuem para o desenvolvimento global.

A dimensão cultural permite que o estudante conheça diferentes formas de viver, falar, criar, brincar, celebrar e compreender o mundo. A escola deve ampliar repertórios, valorizando culturas familiares e comunitárias, mas também apresentando novas experiências artísticas, literárias, científicas e sociais.

O PROFESSOR COMO MEDIADOR DA APRENDIZAGEM

O professor dos anos iniciais atua como mediador da aprendizagem. Mediar significa criar pontes entre a criança e o conhecimento. O estudante não aprende apenas porque o conteúdo foi apresentado. Ele aprende quando consegue relacionar novas informações aos conhecimentos que já possui, quando participa de atividades significativas, quando recebe apoio adequado e quando tem oportunidades de pensar, experimentar, perguntar e reformular ideias.

A mediação docente começa pelo diagnóstico. O professor precisa conhecer o que os estudantes já sabem, como pensam, quais dificuldades apresentam, quais interesses demonstram e que experiências trazem. Esse conhecimento permite planejar intervenções adequadas. Uma turma dos anos iniciais é sempre diversa: há crianças em diferentes níveis de leitura, escrita, oralidade, raciocínio matemático, autonomia e organização.

Mediar também significa propor desafios possíveis. Uma atividade muito fácil não provoca avanço; uma atividade excessivamente difícil pode gerar frustração. O professor precisa encontrar uma zona de desafio adequada, oferecendo apoio para que a criança avance além do que conseguiria sozinha. Esse apoio pode aparecer por meio de perguntas, exemplos, pistas, materiais concretos, leitura compartilhada, explicações, agrupamentos produtivos e retomadas.

A linguagem é instrumento central da mediação. O professor explica, pergunta, escuta, reformula, incentiva, orienta e sistematiza. Uma boa pergunta pode levar a criança a observar melhor, comparar ideias, justificar respostas e perceber contradições. Perguntas como “como você pensou?”, “por que escolheu esse caminho?”, “o que acontece se mudarmos isso?” ou “há outra forma de resolver?” ajudam a desenvolver pensamento.

A mediação também aparece na organização dos recursos. Nos anos iniciais, materiais concretos, jogos, livros, imagens, músicas, histórias, mapas, objetos, experiências, vídeos, cartazes, letras móveis, alfabeto móvel, blocos lógicos, palitos, tampinhas e outros materiais podem favorecer a aprendizagem. Mas o recurso sozinho não ensina. O professor precisa orientar seu uso, propor objetivos e ajudar os estudantes a sistematizar descobertas.

O erro é parte importante da mediação. Quando uma criança escreve uma palavra de forma não convencional, resolve um problema por caminho inadequado ou interpreta um texto de modo incompleto, o professor pode usar esse erro como pista. Em vez de apenas dizer “está errado”, pode perguntar, comparar, apresentar outros exemplos e orientar nova tentativa. O erro revela hipóteses de pensamento.

A mediação também deve favorecer autonomia. No início, a criança precisa de muito apoio. Aos poucos, o professor ensina procedimentos: como organizar o caderno, consultar materiais, revisar texto, resolver problema, pedir ajuda, trabalhar em grupo, pesquisar e avaliar o próprio trabalho. A autonomia não surge sozinha; ela é ensinada.

O PROFESSOR COMO ALFABETIZADOR E FORMADOR DE LEITORES

Nos anos iniciais, uma das funções mais importantes do professor é atuar como alfabetizador e formador de leitores. A alfabetização envolve a apropriação do sistema de escrita alfabética, ou seja, a compreensão de como a escrita representa os sons da fala por meio de letras e combinações. O letramento envolve o uso social da leitura e da escrita em práticas reais, como ler histórias, escrever bilhetes, interpretar avisos, produzir listas, registrar descobertas, ler poemas, compreender enunciados e participar de situações comunicativas.

O professor alfabetizador precisa compreender que aprender a ler e escrever é um processo complexo. A criança precisa desenvolver consciência fonológica, perceber sons da fala, relacionar fonemas e grafemas, compreender a direção da escrita, reconhecer letras, ampliar vocabulário, atribuir sentido aos textos e produzir escrita progressivamente mais convencional. Isso exige intervenções planejadas e sistemáticas.

A alfabetização não deve ser reduzida à cópia mecânica de letras e sílabas. Copiar pode ter alguma função em determinados momentos, mas não garante compreensão do sistema de escrita. A criança precisa pensar sobre como a escrita funciona, comparar palavras, identificar sons iniciais e finais, analisar rimas, segmentar sílabas, observar regularidades e escrever com propósito.

Ao mesmo tempo, alfabetizar não significa trabalhar apenas textos espontâneos sem sistematização. A criança precisa de ensino explícito, atividades de análise da língua, leitura diária, produção textual, jogos fonológicos, exploração de letras, palavras e frases, além de contato com textos reais. O equilíbrio entre reflexão sobre o sistema de escrita e práticas significativas de leitura e escrita é fundamental.

O professor também é formador de leitores. Isso significa criar vínculo positivo com os livros e com os textos. A leitura diária feita pelo professor, a roda de leitura, a biblioteca de sala, a contação de histórias, o empréstimo de livros, a conversa sobre personagens, a exploração de capas e ilustrações e a leitura compartilhada ajudam a formar o gosto e a competência leitora.

A formação do leitor não se limita à literatura, embora a literatura seja essencial. A criança deve ler diferentes gêneros: histórias, poemas, parlendas, cantigas, listas, receitas, notícias, convites, regras de jogos, legendas, mapas simples, tabelas e textos informativos. Cada gênero ensina formas diferentes de linguagem e participação social.

O professor precisa acompanhar dificuldades. Algumas crianças avançam rapidamente; outras precisam de mais tempo, estratégias diferenciadas e intervenções específicas. Dificuldades de leitura e escrita não devem ser ignoradas nem tratadas como preguiça. É necessário observar hipóteses de escrita, fluência, compreensão, vocabulário, atenção, memória, consciência fonológica e possíveis barreiras.

O PROFESSOR COMO ORGANIZADOR DO CURRÍCULO E DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

O professor dos anos iniciais é responsável por organizar o currículo em experiências de aprendizagem adequadas à faixa etária, à realidade da turma e aos objetivos educacionais. O currículo não deve ser entendido apenas como lista de conteúdos, mas como conjunto de conhecimentos, práticas, valores, linguagens e experiências que a escola oferece aos estudantes.

Nos anos iniciais, o currículo precisa integrar diferentes áreas do conhecimento. Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Arte e Educação Física não devem ser trabalhadas como fragmentos sem sentido. O professor pode organizar sequências didáticas, projetos, atividades permanentes, jogos, investigações, leituras e situações-problema que articulem conteúdos e desenvolvam habilidades.